

Origens do Pragmaticismo: O “Antifundacionalismo” de C. S. Peirce e a sua Defesa da Filosofia Crítica do Senso Comum*

Origins of Pragmatism: Peirce’s “Anti-foundationalism” and his Defense of Critical Common-Sensism

Theresa Calvet de Magalhães

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
thcalvet@terra.com.br

Resumo: O subtítulo deste artigo, *O “antifundacionalismo” de C. S. Peirce e a sua defesa da filosofia crítica do senso comum*, já indica o seu objetivo. Tento explicar o que foi dito por Peirce: não apenas que toda a sua filosofia parecia crescer “a partir de um conrito falibilismo, combinado com uma alta fé na realidade do conhecimento”, mas também que duas doutrinas – a doutrina do senso comum crítico e a doutrina escolástica do realismo – foram desenvolvidas ou elaboradas por ele antes da sua formulação do pragmaticismo. O realismo de Peirce é indissociável do seu pragmaticismo: “O pragmaticismo jamais teria entrado numa cabeça que não estivesse já convencida de que há gerais reais” (CP 5.503, 1905). Não apresento aqui Peirce simplesmente como um anticartesiano, mas retomo o que ele próprio disse: “Embora o pragmaticismo não seja uma filosofia [...] ele se ajusta melhor à filosofia inglesa e, mais particularmente, à doutrina escocesa do senso comum” (CP 8.207, 1905), e insisto que o pragmaticismo está vinculado não apenas à filosofia escocesa mas “mais ou menos a toda a filosofia moderna” e pode ser caracterizado como uma “total ruptura com o nominalismo” (CP 8.208). Em *Issues of Pragmatism* [1905], Peirce defende a sua doutrina do senso comum crítico e expõe os

* Gostaria de agradecer a Susan Haack por ter atendido tão gentilmente ao meu pedido e pelo envio imediato, por fax, de uma cópia de seu ensaio “Descartes, Peirce and the Cognitive Community” (1982) [*The Relevance of Charles Peirce*. E. Freeman (ed.). La Salle, Illinois: Monist Library of Philosophy, 1983. p. 238-63] e, especialmente, a Joseph Ransdell não apenas pelos comentários sobre a expressão “purposive action” em Peirce e as sugestões para a tradução dessa expressão, mas por ler com cuidado a versão original deste texto, por seus úteis comentários e críticas a essa primeira versão, e por ter colocado este texto com uma longa introdução em inglês no *site* Arisbe (<<http://members.door.net/arisbe/menu/library/aboutcsp/calvet/origins.pdf>>). Agradeço também a Rosana Matos da Silva Trivelato, do Setor de Periódicos da Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em Belo Horizonte, pelo empenho e rapidez em localizar e conseguir no mesmo dia, pelo Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT), um número mais antigo da revista *The Monist*.

seis erros que ele encontrou na doutrina escocesa do senso comum. Do início ao fim de sua obra, Peirce defendeu um pragmatismo realista e falibilista, mas isso não o impediu, ao contrário de muitos “pragmatistas” contemporâneos, de recusar todo acomodamento com o “espírito literário” e de enfatizar a legitimidade das questões fundamentais da filosofia.

Palavras-chave: Pragmatismo. Realismo. Doutrina do senso comum crítico. Máxima do pragmatismo.

Abstract: *The aim of my paper is already indicated in its subtitle (Peirce’s anti-foundationalism and his defense of critical common-sensism). What I try to explain is what Peirce himself said: not only that all his philosophy has always seemed to him to grow “out of a contrite fallibilism, combined with a faith in the reality of knowledge, and an intense desire to find things out”, but also that two doctrines – critical common sensism [CCS] and the scholastic doctrine of realism (“usually defined as the opinion that there are real objects that are general. (...) the belief in this can hardly being accompanied by the acknowledgment that there are, besides, real vagues, and especially real possibilities”, CP 5.453) – were developed (by Peirce) before his formulation of pragmatism (first enounced in the form of a maxim in 1878). Peirce’s realism and his pragmatism are not dissociated: “pragmatism could hardly have entered a head that was not already convinced that there are real generals” (CP 5. 503, c.1905). Instead of presenting Peirce simply as anti-Cartesian, I prefer to follow what he himself said: “Although pragmatism is not a philosophy, yet (...) it best comports with the English philosophy, and more particularly with the Scotch doctrine of common sense” (CP 8.207) and to insist that pragmatism “involves a complete rupture with nominalism” (CP 8.208). In Issues of Pragmatism, Peirce defends his own doctrine of common sense (critical common-sensism) and specifies six errors which he finds in the Scotch doctrine of common sense. From the beginning to the end of his work, Peirce defended a realist and fallibilist pragmatism, but this, contrary to many contemporary “pragmatists”, did not impede him to refuse all accommodation with the “literary spirit” and to emphasize the legitimacy of the fundamental questions of philosophy.*

Keywords: Pragmatism. Realism. Critical common sensism. Maxim of pragmatism.

Para Joseph Ransdell

O pragmatismo de Peirce – o *pragmatismo*– apóia-se numa filosofia crítica do senso comum, ou na doutrina do senso comum crítico, e na doutrina escolástica do realismo. Num manuscrito, escrito em 1905¹, Peirce afirma que, no final da década de 1860, portanto antes de chegar ao seu pragmatismo, em “Some Consequences of Four

¹ O manuscrito 290. Para as referências aos manuscritos de Peirce, ver o *Annotated Catalogue of the Papers of Charles S. Peirce*. Richard S. Robin (ed.). Amherst: University of Massachusetts Press, 1967, e “The Peirce Papers: A Supplementary Catalogue” [*Transactions of the Charles S. Peirce Society*, 7 (1971), p. 35-7].

Incapacities” – o segundo ensaio da série sobre a cognição, a realidade e a validade lógica, publicada no *The Journal of Speculative Philosophy*² – já tinha dado sua adesão a essas duas doutrinas subjacentes ao pragmatismo. Foi também nesse ensaio, diz ainda Peirce neste manuscrito, que ele se teria aproximado suficientemente do pragmatismo ao escrever:

... nenhum pensamento presente atual [...] tem significação [meaning] alguma, valor intelectual algum; pois isto [o valor intelectual ou a significação] não reside no que é atualmente pensado, mas naquilo a que este pensamento pode ser conectado na representação através de pensamentos subseqüentes ... (W2, p. 227).

A máxima do pragmatismo e sua interpretação

Não foi apenas para distinguir seu estilo de pragmatismo do de William James, ou até mesmo do de Ferdinand C. S. Schiller, mas porque o termo “pragmatismo” tinha começado a ser usado de uma maneira abusiva, no início do século XX, em revistas literárias, que Peirce sentiu que já era tempo de dar ao seu método (à sua máxima heurística)³ um

² “Questions Concerning Certain Faculties Claimed for Man” [*Journal of Speculative Philosophy*, 2 (1868), p. 103-14], “Some Consequences of Four Incapacities” [*Journal of Speculative Philosophy*, 2 (1868), p. 140-57] e “Grounds of the Validity of the Laws of Logic: Further Consequences of Four Incapacities” [*Journal of Speculative Philosophy*, 2 (1869), p. 193-208] (*Writings of Charles S. Peirce. A Chronological Edition* [W], v. 2 (1867-1871). Edward C. Moore (ed.). Bloomington, Indiana: University Press, 1982. p. 195-272). É neste ensaio, escrito contra o “espírito do cartesianismo”, isto é, contra o nominalismo, que Peirce anuncia a sua alternativa aos critérios de certeza de tipo subjetivista: “Nas ciências em que os homens chegam a um acordo, quando uma teoria é proposta, considera-se que ela está em prova até que esse acordo seja alcançado. Uma vez alcançado, a questão da certeza torna-se ociosa, porque não resta ninguém que duvide dessa teoria. Individualmente, não podemos razoavelmente esperar atingir a filosofia última que perseguimos; só podemos procurá-la, portanto, para a comunidade de filósofos” (W2, p. 212). Cf. MURPHEY, M. G. *The Development of Peirce's Philosophy*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1961. p. 106-122.

³ Essa máxima foi enunciada em “How to Make our Ideas Clear” [*Popular Science Monthly*, XII (janeiro 1878), p. 293]: “Consider what effects, which might conceivably have practical bearings, we conceive the object of our conception to have. Then, our conception of these effects is the whole of our conception of the object” [“Considerar quais efeitos, que concebivelmente poderiam ter alcances práticos, concebemos ter o objeto de nossa concepção. Então, nossa concepção desses efeitos constitui a totalidade de nossa concepção do objeto”] (grifos meus). W3 (1872-1878), Christian J. W. Kloesel (ed.). Bloomington: Indiana University Press, 1986. p. 266; trad. francesa: Claudine Tiercelin. In: PEIRCE, Charles Sanders. *Pragmatisme et Pragmaticisme: Oeuvres philosophiques*, v. 1. Claudine Tiercelin e Pierre Thibaud (eds.) Paris: Cerf, 2002. p. 248. A versão francesa desta máxima, redigida por Peirce e publicada em janeiro de 1879 na *Revue Philosophique de la France et de l'Étranger* (v. 7, p. 48) – “Considérer quels sont les effets pratiques que nous pensons pouvoir être produits par l'objet de notre conception. La conception de tous ces effets est la conception

novo nome e o rebatizou de *pragmaticismo*, num ensaio publicado em abril de 1905 na revista *The Monist* (“What Pragmatism Is”)⁴, uma palavra que é suficientemente feia, escreve ele, “para estar a salvo de raptores”:

A palavra que o autor propôs [nos inícios da década de 1870]⁵, “pragmatismo”, obteve reconhecimento geral [...]. O famoso psicólogo James foi o primeiro a adotá-la⁶, vendo que seu “empirismo radical” correspondia substancialmente à definição do pragmatismo do autor, embora com uma certa diferença de ponto de vista. Em seguida, o admiravelmente claro e brilhante pensador Ferdinand C. S. Schiller, procurando um nome mais atraente para o “antropomorfismo” de seu *Riddle of the Sphinx* [1891], deparou-se, em seu notável ensaio sobre *Axioms*

complète de l’objet” (W3, p. 365) – é certamente mais elegante, mas não nos permite compreender a importância que a própria noção de *concepção* e de *conceber* tem para Peirce. Ver também, DELEDALLE, Gérard. “Les articles pragmatistes de Charles S. Peirce” [*Revue Philosophique de la France et de l’Étranger*, v. 105 (1980), p. 17-29].

- ⁴ PEIRCE, C. S. “What Pragmatism Is” [*The Monist*, v. 15 (1905), p. 161-81]. Primeiro de uma série de três artigos sobre o pragmatismo, esse ensaio foi publicado no volume 5 dos *Collected Papers of Charles Sanders Peirce* [CP]. Charles Hartshorne; Paul Weiss (eds.). Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1934. parágrafos 411-37. O segundo ensaio – “Issues of Pragmaticism” [*The Monist*, v. 15 (1905), p. 481-99] – foi também publicado no volume 5 dos *Collected Papers*, parágrafos 438-62. O terceiro ensaio – “Prolegomena to an Apology for Pragmaticism” [*The Monist*, v. 16 (1906), p. 492-546] – foi publicado no volume 4 dos *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1933. parágrafos 530-72. A não ser em caso de indicação contrária, todas as citações de Peirce são dos *Collected Papers of Charles Sanders*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, v. I-VI, Charles Hartshorne; Paul Weiss (eds.), 1931-1935; v. VII-VIII, Arthur A. Burks (ed.), 1958; as referências são aqui abreviadas do modo usual por número de volume e parágrafo. Ver aqui a “Introdução”, de Nathan Houser, ao segundo volume de *The Essential Peirce*. Nathan Houser; Christian Kloesel (eds.). Bloomington: Indiana University Press, 1998. Ver também HAACK, S. “As for that phrase ‘studying in a literary spirit’...” [1996] *In: Manifesto of a Passionate Moderate*. Unfashionable Essays. Chicago: The University of Chicago Press, 1998. p. 48-68 [Trad. bras.: Th. Calvet de Magalhães: “Quanto àquela frase ‘estudando com um espírito literário’...”] *In: Filosofia Analítica, Pragmatismo e Ciência*. Paulo Roberto Margutti Pinto *et al.* (orgs.). Belo Horizonte : Editora UFMG, 1998. p. 40-70], e BOUVERESSE, J. *La demande philosophique*. Que veut la philosophie et que peut-on vouloir d’elle? [1995]. Paris: Éditions de l’éclat, 1996. p. 140-1.
- ⁵ Sobre a importância das conversações privadas do “Metaphysical Club” para a formulação original do pragmatismo de Peirce, ver FISCH, Max. “Introduction.” W3. p. xxix-xxxvii; ver também FISCH, M. “Was There a Metaphysical Club in Cambridge?” [*Studies in the Philosophy of Charles Sanders Peirce, Second Series*. Edward C. Moore; Richard S. Robin (eds.). Amherst: University of Massachusetts Press, 1964. p. 3-32] e “Was There a Metaphysical Club in Cambridge? – A Postscript” [*Transactions of the Charles S. Peirce Society*, v. 17 (1981), p. 128-30].
- ⁶ Cf. JAMES, W. *The Will to Believe and Other Essays in Popular Philosophy*. New York: 1897; e a conferência de James sobre o pragmatismo, “Philosophical Conceptions and Practical Results”, apresentada no *Philosophical Union* da *University of California*, em Berkeley, e publicada no final de agosto de 1898 pela *University Chronicle* (esta conferência foi também publicada, como um panfleto, em Berkeley, pela University Press: JAMES, W. *Philosophical Conceptions and Practical Results*. The Annual Public Address Before the

*as Postulates*⁷, com a mesma designação “pragmatismo” que, em seu sentido original, concordava em termos genéricos com sua própria doutrina, para a qual ele encontrou desde então a especificação mais apropriada de “humanismo”. Até aqui, tudo correu bem. Mas, atualmente, começamos a encontrar essa palavra ocasionalmente nas revistas literárias, onde são cometidos com ela os abusos impiedosos que as palavras devem esperar quando caem sob as garras literárias. [...] Assim, pois, o autor destas linhas, vendo o seu pequeno filho “pragmatismo” tão promovido, sente que já é tempo de lhe dar um beijo de despedida [...]; enquanto, a fim de servir ao propósito preciso de expressar a definição original, ele pede licença para anunciar o nascimento da palavra “pragmaticismo”, que é suficientemente feia para estar a salvo de raptos. (CP 5.414)⁸

A sílaba extra (“ic”) indica o sentido mais restrito dado ao novo termo por Peirce.⁹ O pragmat(ic)ismo *não é* um sistema de filosofia, *uma* filosofia, uma *Weltanschauung*, uma doutrina metafísica, ou uma tentativa para determinar qualquer verdade das coisas. É simplesmente um *método*, escreve Peirce, “para estabelecer a significação de palavras difíceis e de conceitos abstratos” (CP 5.464, 1907). Na sua formulação inaugural, o pragmaticismo era uma mera máxima lógica:

Os novos pragmatistas distinguem-se, aparentemente, pelo seu estilo, conciso, vivo e concreto, de expressão, e ao mesmo tempo por certa animação no tom, como se estivessem conscientes de carregar a chave mestra de todos os segredos da metafísica. [...] a falta mais grave que posso encontrar nos novos pragmatistas é o fato de eles serem tão *vivos* [*lively*]. Para ser profundo, é necessário ser maçante [*dull*]. Do seu lado, penso que uma das faltas que eles poderiam me atribuir é ter feito do pragmatismo uma mera máxima lógica em vez de um princípio sublime de filosofia especulativa. (CP 5.18, 1903)

[Philosophical] Union [of the University of California]. Berkeley: The University Press, 1898). Uma cópia desse pequeno ensaio, com revisões indicadas por James, foi usada pela *Journal of Philosophy, Psychology, and Scientific Methods* para publicar uma versão resumida do texto original, “The Pragmatic Method”, em dezembro de 1904 (p. 673-87). O ensaio original foi reimpresso em JAMES, W. *Collected Essays and Reviews*. Ralph B. Perry (ed.). New York: Longmans, Green & Co., 1920. p. 406-37. Segundo Max Fisch, é neste ensaio de James que a palavra “pragmatismo” apareceu pela primeira vez *impressa* como o nome para a máxima que Peirce tinha enunciado, em 1878, em “How to Make our Ideas Clear” (“Introdução”, de Max H. Fisch, ao terceiro volume dos *Writings of Charles S. Peirce*, p. xxix).

⁷ SCHILLER, F. C. S. “Axioms as Postulates” [*Personal Idealism: Philosophical Essays by Eight Members of the University of Oxford*. Henry Sturt (ed.). London: Macmillan, 1902. p. 47-133].

⁸ Ver também PEIRCE, C. S. “A Neglected Argument for the Reality of God” [*Hibbert Journal*, v. 7 (1908), p. 90-112] (CP 6.482 e 490).

⁹ Ver as considerações de Peirce sobre a nomenclatura filosófica em “What Pragmatism Is”: “Assim [...], o prefixo *prope* indicaria uma extensão ampla e bastante indefinida da significação do termo ao qual foi prefixado; o nome de uma doutrina terminaria, naturalmente, em *-ismo*, enquanto *-icismo* poderia designar uma aceção mais estritamente definida daquela doutrina etc.” (CP 5.413).

A máxima, enunciada em “How to Make our Ideas Clear” – “Parece, portanto, que a regra para alcançar o terceiro grau de clareza de apreensão é a seguinte: Considerar quais efeitos, que concebivelmente poderiam ter alcances práticos, concebemos ter o objeto de nossa concepção. Então, nossa concepção desses efeitos constitui a totalidade de nossa concepção do objeto” (W3, p. 266) –, e já claramente antecipada na longa resenha de Peirce, publicada em 1871, da nova edição da obra de Berkeley¹⁰, foi introduzida como uma máxima heurística, ou uma regra para clarificar rigorosamente os conteúdos de conceitos e de hipóteses. Os dois primeiros graus de clareza de apreensão dos conceitos são a *familiaridade* e a *definição*: a familiaridade com uma noção pode ser considerada como um primeiro passo, e sua definição como um segundo passo para a sua clara apreensão (W3, p. 260). O terceiro grau de clareza de apreensão é alcançado quando *concebemos* experimentos que confirmariam, ou não confirmariam, as nossas hipóteses sobre as propriedades do objeto a que o conceito se refere.¹¹ Ao dizer, por exemplo, que uma coisa é *dura*, o que queremos significar? Peirce responde:

¹⁰ Na sua resenha da edição de Alexander Campbell Fraser de *The Works of George Berkeley, D. D., formerly Bishop of Cloyne: including many of his Writings hitherto unpublished*, quatro volumes (Oxford: Clarendon Press, 1871), publicada na *North American Review* [v. 113 (outubro 1871), p. 449-72], Peirce escreve: “Uma regra melhor [do que a de Berkeley] para evitar os enganos [*deceits*] da linguagem é esta: As coisas preenchem a mesma função na prática? Então, que elas sejam significadas pela mesma palavra. Elas não o fazem? Então, que se faça distinção entre elas. Se eu aprendi uma fórmula em algaravia [*gibberish*] que, de alguma maneira, estimula minha memória de modo que me permite, em cada caso singular, agir como se eu tivesse uma idéia geral, que possível utilidade existe em fazer distinções entre tal linguagem ininteligível e a fórmula e uma idéia? Por que usar o termo *uma idéia geral* em um tal sentido que separa coisas que, para todos os propósitos experienciais [*for all experiential purposes*], são as mesmas?” [p. 469] (W2, p. 483; CP 8.34). Para Susan Haack, foi nessa resenha [W2, p. 467 ss.] que Peirce se declarou em favor do realismo ou da tese de que há gerais reais [*that there are real generals*] (“‘Extreme Scholastic Realism’: Its Relevance to Philosophy of Science Today.” *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, v. XXVIII, n. 1 (1992), p. 30). Ver também MURPHEY, Murray G. *The Development of Peirce’s Philosophy*, p. 108. Cf. FISCH, Max. “Peirce’s Progress from Nominalism towards Realism” [*The Monist*, v. 11 (1967), p. 159-78], e ROBERTS, Don D. “On Peirce’s Realism” [*Transactions of the Charles S. Peirce Society*, v. VI, n. 2 (1970), p. 67-83]. Para a nova configuração epistêmica produzida por Duns Scotus e para sua doutrina das intenções, ver BOULNOIS, Olivier. *Être et Représentation. Une généalogie de la métaphysique moderne à l’époque de Duns Scot (XIII^e-XIV^e)*. Paris: PUF, 1999; e LIBERA, Alain De. *La Querelle des Universaux. De Platon à la fin du Moyen Age*. Paris: Seuil, 1996, cap. 6 (“La révolution du XIV^e siècle”), p. 305-50.

¹¹ Ver também CP 3.458 (1897). Em “What Pragmatism Is”, Peirce afirma não apenas que a sua vasta experiência como cientista o levou a acreditar “que todo físico e todo químico e, em poucas palavras, todo mestre em qualquer ramo da ciência experimental, tem sua mente moldada, num grau que é pouco suspeito, por sua vida no laboratório”, e que a tendência de qualquer experimentalista “é a de pensar todas as coisas do mesmo modo como tudo é pensado no laboratório, isto é, como uma questão de experimentação”, mas que a sua longa vida de laboratório não impediu que ele tivesse se interessado pelos métodos de pensamento e que, “quando veio a ler metafísica, encontrou por vezes, nos escritos de alguns filósofos, especialmente Kant, Berkeley e Espinosa, esforços do pensamento que lembravam os modos de pensar do laboratório, de modo que sentia que

Evidentemente queremos dizer que não *será* riscada [*will not be scratched*] por um grande número de outras substâncias. A concepção completa dessa qualidade [propriedade], assim como a de qualquer outra, consiste nos seus efeitos concebidos. Não há [para nós] absolutamente nenhuma diferença entre uma coisa dura e uma coisa mole enquanto elas não tiverem sido submetidas ao teste. Suponhamos, então, que um diamante pudesse ser cristalizado no interior de um coxim de algodão macio, e devesse ali permanecer até que fosse, finalmente, queimado. Seria falso dizer que esse diamante era mole? (W3, p. 266)

Mas, declarar aqui que seria uma *mera* questão de nomenclatura dizer que o diamante não testado era duro ou era mole, é interpretar mal a máxima enunciada. A questão é a de saber se uma classificação corresponde a alguma coisa de *real* ou a uma ficção. Assim, escreve Peirce, não é ao se referir ao que aconteceu [*what did happen*], mas é ao examinar se conviria “engajar-se em qualquer linha de conduta cujo sucesso [*successful issue*] dependesse da resistência que o diamante *oporia* a uma tentativa para riscá-lo”, que se decidirá classificar o diamante entre as coisas duras ou moles (“Issues of Pragmatism”, CP 5.453). Dizer, então, que um diamante é duro é afirmar que *se* ele fosse submetido à pressão, ele *resistiria* [*would resist*] ao fato de ser riscado. A realidade da dureza de um diamante consiste na verdade de uma proposição geral *condicional*, ou seja, a dureza do diamante é agora compreendida como uma propriedade geral, um possível “real” ou um *would-be*, que não desaparece entre os testes (CP 5.457). A significação do termo “duro” reside na realidade da dureza, ou na *possibilidade indefinida* que o diamante tem de resistir a todas as tentativas que possam ser feitas para riscá-lo. A classificação do diamante expressa, e era o que Peirce tinha afirmado em 1878, o que seria o resultado de uma investigação científica levada *suficientemente longe* (W3, p. 274).

podia confiar neles”. Tentando então, como um homem de laboratório naturalmente faria, formular o que assim aprovava, ele afirma ter arquitetado “a teoria de que uma *concepção*, isto é, a significação racional [*the rational purport*] de uma palavra ou outra expressão reside, exclusivamente, em seu efeito concebível sobre a conduta da vida; de modo que, como obviamente nada que não possa resultar de um experimento pode ter um efeito direto sobre a conduta, se se puder definir com precisão todos os fenômenos experimentais concebíveis que a afirmação ou negação de um conceito poderia implicar, ter-se-á, então, uma definição completa do conceito, e *não há absolutamente nada mais nele*”. Para essa doutrina, diz Peirce, ele inventou o nome de *pragmatismo*: “Alguns de seus amigos queriam que ele a chamasse de *practicismo* ou *practicalismo* (talvez com o fundamento de que *praktikos* é grego mais perfeito do que *pragmatikos*). Mas para alguém que tinha aprendido filosofia com Kant, tal como o autor, junto com dezenove de cada vinte experimentalistas que se voltaram para a filosofia, e que ainda pensava muito facilmente em termos kantianos, *praktisch* e *pragmatisch* estavam tão distantes como os dois pólos [da terra], pertencendo o primeiro a uma região do pensamento na qual uma mente de tipo experimentalista nunca pode estar segura de encontrar terreno firme sob seus pés, e expressando o segundo uma relação com algum propósito humano definido”. Ora, uma das características mais notáveis da nova teoria, conclui Peirce, “era seu reconhecimento de uma inseparável conexão entre cognição racional e propósito racional; e foi essa consideração que determinou a preferência pelo nome *pragmatismo*” (CP 5.412).

O pragmatismo equipara a “significação” dos conceitos intelectuais às “resoluções condicionais concebidas”: “as proposições condicionais, com seus antecedentes hipotéticos, em que consistem tais resoluções, ao possuir a natureza última da significação, têm que ser capazes de ser verdadeiras [...]. Ora, isso equivale a dizer que a possibilidade é por vezes de um tipo real” (CP 5.453). O realismo de Peirce é indissociável do seu pragmatismo¹²: “O pragmatismo jamais teria entrado numa cabeça que não estivesse já convencida de que há gerais reais” (CP 5.503, 1905).¹³ Em “Issues of Pragmatism” (1905), Peirce afirma que essa crença [de que há objetos reais que são gerais] “difícilmente pode deixar de ser acompanhada pelo reconhecimento de que também há [objetos] *vagos* reais, e, especialmente, possibilidades reais”; na verdade, escreve agora Peirce, “aquilo em que o pragmatismo mais insiste é na realidade de algumas possibilidades” (CP 5.453).¹⁴ No manuscrito 289, escrito por volta de 1905, Peirce observa que a própria formulação de sua máxima – na qual encontramos cinco vezes um derivado de “concipere” – mostra que ele não falava de *significação* em nenhum outro sentido a não ser o de *valor intelectual* [*intellectual purport*], e que ele não tentava explicar um conceito por perceptos, imagens, esquemas, ou por qualquer outra coisa, mas *apenas por conceitos*: “Portanto, eu não quis dizer que atos, que são mais estritamente singulares que qualquer coisa, poderiam constituir a significação, ou a interpretação adequada própria, de qualquer símbolo”.¹⁵ Dizer, então, que para o

¹² Cf. BOLER, John F. *Charles Peirce and Scholastic Realism*. A Study of Peirce’s Relation to John Duns Scotus. Seattle: University of Washington Press, 1963, cap. 4 (p. 94-116).

¹³ Ver aqui o que Peirce já tinha afirmado em 1872: “Dizemos que um diamante é duro. Mas, em que consiste sua dureza? Ela consiste simplesmente no fato de que nada o riscará [*will scratch it*]; portanto, sua dureza é inteiramente constituída pelo fato de alguma coisa como fazendo fricção nele sem o riscar. [...] No entanto, mesmo se a dureza é inteiramente constituída pelo fato que uma outra pedra venha friccionar o diamante, não o concebemos como tendo começado a ser duro quando a outra pedra faz fricção nele; dizemos, ao contrário, que ele é realmente duro todo o tempo, e tem sido duro desde que começou a ser um diamante” (W3, p. 30). Quando menciona as pedras preciosas que repousam, em plena escuridão, no fundo do oceano, em “How to Make our Ideas Clear”, e confessa que pouca diferença faz dizermos que elas são ou não brilhantes, Peirce escreve: “*provavelmente* não há diferença, lembrando sempre que tal pedra *pode* ser colhida amanhã” (W3, 275).

¹⁴ Ver também CP 8.216 (1910). Para a noção de vaguidade em Peirce, ver ENGEL-TIERCELIN, Claudine. “Vagueness and the Unity of C. S. Peirce’s Realism” [*Transactions of the Charles S. Peirce Society*, v. XXVIII, n. 1 (1992), p. 51-82]. Ver também NADIN, Mihai. “The Logic of Vagueness and the Category of Synechism” [*The Monist*, v. 63, n. 3 (1980), p. 351-63], e CHAUVIRÉ, Christiane. *Peirce et la signification*. Introduction à la logique du vague. Paris: PUF, 1995.

¹⁵ Ou seja, esta máxima caracteriza a significação [*meaning*] somente num sentido de “significação” [*meaning*] (ver HAACK, S. “Extreme Scholastic Realism: Its Relevance to Philosophy of Science Today”, p. 45-6, nota 11). A palavra *pragmatismo*, escreve Peirce por volta de 1904, “foi inventada para expressar uma certa máxima lógica [...]. A máxima tem a intenção de fornecer um método para a análise de conceitos. [...] O método prescrito na máxima consiste em traçar na imaginação as conseqüências práticas concebíveis – isto é, as conseqüências para a conduta deliberada e autocontrolada – da afir-

pragmatismo o pensamento finalmente se aplica à ação exclusivamente – à ação *concebida* – não é dizer que a significação dos conceitos consiste em atos, nem que o verdadeiro propósito último do pensamento é a ação: “Eu comparei a ação ao último movimento [*finale*] da sinfonia do pensamento, a crença sendo uma meia cadência. Ninguém diria que as poucas notas no fim de uma sinfonia são o *propósito* do movimento. Elas podem ser chamadas seu desfecho [*upshot*]” (CP 5.403, nota 3). O valor intelectual (a significação) de um conceito consiste, para o pragmatismo, numa proposição condicional concebida, e não nos resultados de um ato de verificação.¹⁶

A máxima pragmatista ou pragmaticista caracteriza a significação somente num sentido de “significação”, e só se aplica aos conceitos intelectuais (CP 5.8; 5.467; 5.482). Ora, o problema de saber o que é a significação de um conceito intelectual só pode ser resolvido a partir da investigação geral dos *interpretantes* que esses conceitos podem ter. A semiótica de Peirce, isto é, a sua “doutrina da natureza essencial e das variedades fundamentais da semiose possível” (CP 5.488), abrange no final de seu desenvolvimento uma teoria do interpretante lógico ou da significação racional dos símbolos.¹⁷ Essa teoria da significação, que apareceu em 1907, encontra-se desenvolvida num importante manuscrito (o manuscrito 318), parcialmente publicado nos *Collected Papers*¹⁸ e, mais recentemente, publicado no segundo volume de *The Essential Peirce*.¹⁹ É nesse manuscrito que Peirce considera o papel fundamental do hábito²⁰ para a interpretação completa dos conceitos intelectuais e defende o seu pragmatismo como uma tese sobre o “interpretante lógico último” de um conceito ou de uma hipótese.²¹

mação ou negação do conceito; e o que a máxima afirma é que é nisso que reside a *totalidade* da significação da palavra [*the whole purport of the word*], o conceito *inteiro*. A exclusão diligente nesse enunciado de toda referência à sensação deve ser observada” (CP 8.191).

¹⁶ Cf. FRIEDMAN, Lesley. “Pragmatism: The Unformulated Method of Bishop Berkeley” [*Journal of the History of Philosophy*, v. 41, n. 1 (2003), p. 82-6, 95].

¹⁷ Cf. HOOKWAY, Christopher. *Peirce*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1985. p. 118-44, 259-60. Ver também RANSELL, Joseph. “Some Leading Ideas of Peirce’s Semiotic” [*Semiotica*, v. 19 (1977), p. 157-78].

¹⁸ Cf. CP 5.11-13; 1.560-562 e 5.464-496.

¹⁹ *The Essential Peirce*, v. 2 (1893-1913), p. 398-433.

²⁰ A tendência para agir “de uma maneira descritível em termos gerais em cada ocasião (ou em uma considerável proporção de ocasiões) que pode se apresentar de um caráter em geral descritível” é o que Peirce denomina um hábito (CP 5.538, 1902 aprox.).

²¹ “Todos os conceitos, todas as proposições gerais do grande edifício da ciência se apresentaram primeiro a nós como uma conjectura. Essas idéias são os *primeiros interpretantes lógicos* dos fenômenos que os sugerem [...] toda conjectura equivale, ou expressa, um *hábito* [...]. [Prontidão] para agir de uma certa maneira em dadas circunstâncias e quando acionado por um dado motivo, é um hábito; e um hábito deliberado, ou autocontrolado, é precisamente uma crença. Na etapa seguinte do pensamento, esses primeiros interpretantes lógicos estimulam-nos a diversas ações voluntárias no [nosso] mundo interior. Imaginamo-nos em diversas situações e animados por diversos motivos; e começamos a traçar as linhas de conduta alternativas, que essas conjecturas nos deixariam seguir. Somos, além disso, levados pela mesma atividade interna a observar diversas vias em que as nossas conjecturas poderiam ser ligeiramente modificadas. O interpretante lógico deve, portanto, ser conjugado num tempo relativamente futuro. A isso pode acrescentar-se a consideração que não são todos os signos que têm interpretantes lógicos,

O pragmatismo de Peirce não é antimetafísico

O pragmatismo de Peirce, tal como foi formulado, ou seja, como *método* de clarificação conceitual, é uma forma de *prope-positivismo*²² ou uma forma de positivismo no seu sentido amplo²³, mas *não é*, como o positivismo lógico²⁴, *antimetafísico*:

mas somente os conceitos intelectuais e os do mesmo gênero; e estes são todos ou gerais ou intimamente ligados a gerais, ao que me parece. Isso mostra que a espécie de tempo futuro do interpretante lógico é a de um modo condicional, o “*seria*” [“*would be*”]. [...] pergunto-me, então, uma vez que já vimos que o interpretante lógico é geral em suas possibilidades de referência [...], quais são as categorias de fatos mentais que têm uma referência geral. Eu encontro apenas estas quatro: concepções, desejos (incluindo esperanças, temores etc.), expectativas e hábitos. Creio não ter omitido nada de importante. Ora, não é uma explicação da natureza do interpretante lógico (que, já o sabemos, é um conceito) dizer que é um conceito. Essa objeção se aplica também ao desejo e à expectativa, como explicações do mesmo interpretante; pois nenhum deles é geral a não ser através de ligação com um conceito. [...] Conseqüentemente, só resta o hábito como sendo a essência do interpretante lógico. Vejamos, então, como [...] esse hábito é produzido; e de que espécie de hábito se trata. [...] Em todos os casos, depois de algumas preliminares, a atividade [mental; a atividade mental tal como ela se manifesta na investigação “da solução de certo problema de raciocínio”] assume a forma de uma experimentação no mundo interior; e a conclusão (se ela chega a uma conclusão determinada) é que, sob condições dadas, o intérprete terá formado o hábito de agir de uma dada maneira sempre que ele possa desejar um dado gênero de resultado. A conclusão lógica real e viva é esse hábito [...]. Eu não nego que um conceito, proposição ou argumento possam ser um interpretante lógico. Insisto somente em que [esse interpretante] não pode ser o interpretante lógico final [*the final logical interpretant*], pela razão de que ele próprio é um signo daquele gênero mesmo de signo que tem ele próprio um interpretante lógico. [...] O hábito deliberadamente formado, o hábito auto-analisado [...] é a *definição viva*, o interpretante lógico verdadeiro e final. Conseqüentemente, a mais perfeita análise de um conceito que as palavras podem veicular consistirá na descrição do hábito que esse conceito é calculado produzir. Mas de que outro modo um hábito pode ser descrito a não ser através de uma descrição do gênero de ação a que ele dá origem, com a especificação das condições e do motivo?” (CP 5.480-491). Esta conclusão de Peirce pode ser considerada uma paráfrase do que é, segundo ele, o “núcleo do pragmatismo”: “A significação *total* da predicação de um conceito intelectual consiste em afirmar que, em todas as concebíveis circunstâncias de um dado gênero [...], o sujeito da predicação comportar-se-ia [*would behave*] de certa maneira geral – isto é, seria verdadeiro [*it would be true*] em circunstâncias experienciais dadas (ou em uma dada proporção delas, *tal como elas ocorreriam*, ou seja, na mesma ordem de sucessão, *na experiência*)” (CP 5.467).

²² Ver acima, nota 9.

²³ Para a crítica de Peirce ao positivismo de Comte, ver as suas conferências de 1865 sobre a Lógica da Ciência e, mais especificamente, a sua conferência sobre as teorias de William Whewell, John Stuart Mill, e Auguste Comte no primeiro volume (1857-1866), dos *Writings of Charles S. Peirce* (Max A. Fisch, ed., Bloomington, Indiana University Press, 1982, pp. 205-223), e o texto “Critique of Positivism”, escrito por volta de 1867-1868, originalmente classificado como manuscrito 970, reclassificado como 146 (W2, pp. 122-130).

²⁴ Para o conceito de significação formulado pelos empiristas lógicos, ver CALVET DE MAGALHÃES, Th. *Filosofia Analítica*: De Wittgenstein à Redescoberta da Mente. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da UFMG, 1997. p. 3-52.

[o pragmatismo] servirá para mostrar que quase toda proposição da metafísica ontológica ou é uma algaravia desprovida de sentido – uma palavra sendo definida por outras palavras, e estas por outras ainda, sem que nunca se chegue a uma concepção real – ou então é um absurdo total; de modo que assim que todo esse absurdo for posto de lado, aquilo que restar da filosofia será uma série de problemas passíveis de serem investigados através dos métodos de observação das verdadeiras ciências – problemas cuja verdade pode ser alcançada sem aqueles intermináveis mal-entendidos e disputas que têm feito da mais elevada das ciências positivas [a filosofia] um mero divertimento de intelectos inúteis, uma forma de xadrez [...]. Sob este aspecto, o pragmatismo é uma espécie de prope-positivismo.²⁵ Mas o que o distingue de outras espécies é, primeiro, a retenção que faz de uma filosofia purificada; em segundo lugar, sua total aceitação do corpo principal de nossas crenças instintivas; e, em terceiro lugar, sua vigorosa insistência sobre a verdade do realismo escolástico [...]. Assim, ao invés de simplesmente zombar da metafísica, como procedem outros prope-positivistas [...], o pragmatista dela extrai uma preciosa essência, que servirá para dar vida e luz à cosmologia e à física. (CP 5.423)²⁶

Peirce desenvolveu, a partir da década de 1890, uma metafísica científica²⁷, “que usa os métodos mais racionais que pode inventar para descobrir o pouco que pode,

²⁵ Conseqüentemente, o pragmatismo “não resolve nenhum problema real. Mostra apenas que os pretensos problemas não são problemas reais” (CP 8.259, 1904). Para o confronto com Wittgenstein, ver TIERCELIN, C. “Wittgenstein et Peirce” [*La philosophie autrichienne: spécificités et influences*. M. Ouelbani (ed.). Tunis : Université de Tunis, 2000. p. 46-74]. Ver também BAMBROUGH, Renford. “Peirce, Wittgenstein and Systematic Philosophy” [*The Foundations of Analytic Philosophy*. Midwest Studies in Philosophy, v. 6, Peter A. French; Theodore E. Vehling; Howard K. Wettstein (eds.). Minneapolis: University of Minnesota Press, 1981. p. 263-73], e NUBIOLA, Jaime. “Scholarship on the Relations between Ludwig Wittgenstein and Charles S. Peirce” [*Studies on the History of Logic*. I. Angelelli; M. Cerezzo (eds.). Berlin: Walter de Gruyter, 1996. p. 281-94].

²⁶ Cf. TIERCELIN, C. *C. S. Peirce et le pragmatisme*. Paris: PUF, 1993. p. 31-42. Ver também HAACK, S. *Manifesto of a Passionate Moderate*, p. 49-52, e TIERCELIN, C. “L’influence scotiste dans le projet peircien d’une métaphysique scientifique” [*Revue des Sciences Philosophiques et Théologiques*, v. 83, n. 1 (1999), p. 117-34].

²⁷ Ver aqui os cinco artigos publicados na revista *The Monist*: “The Architecture of Theories” [1891] (CP 6.7-34), “The Doctrine of Necessity Examined” [1892] (CP 6.35-65), “The Law of Mind” [1892] (CP 6.102-163), “Man’s Glassy Essence” [1892] (CP 6.238-271) e “Evolutionary Love” [1894] (CP 6.287-317). Em 1965, numa conferência em memória de Arthur H. Compton, apresentada na Universidade de Washington, intitulada “Of clouds and clocks. An approach of the problem of rationality and the freedom of man”, Karl Popper retoma a posição que Peirce tinha defendido em 1892, em “The Doctrine of Necessity Examined”. Ele considera Peirce “um dos maiores filósofos de todos tempos [...]”, o primeiro físico e filósofo pós-newtoniano, até onde sei, que ousou adotar a concepção de que, até certo grau, *todos os relógios* [mesmo o mais preciso dos relógios] *são nuvens*” (*Objective Knowledge: An evolutionary approach*. Oxford: Clarendon Press, 1972, cap. 6). Peirce criticou, nesse ensaio, a doutrina de que todo acontecimento, ou de que todo fenômeno em todos os seus detalhes mais minuciosos, é precisamente determinado pela lei [*is precisely determined by law*]. O que ele questiona não é a teoria de Newton, mas que o universo seria *estritamente* regido pelas leis da mecânica clássica; e ele mostra que o mundo real, isto é, o

todavia, ser encontrado no que diz respeito ao universo da mente e da matéria, a partir daquelas observações que qualquer pessoa pode fazer em qualquer hora de sua vida acordada [*waking life*]” (CP 1.126), uma metafísica orientada pelo método prescrito na máxima, que identifica a significação de um conceito com “as conseqüências práticas concebíveis – isto é, as conseqüências para a conduta deliberada e autocontrolada – da afirmação ou negação do conceito” (CP 8.191, 1904 aprox.).²⁸

mundo que a linguagem empírica da física descreve, é também regido pelo *acaso* [*chance*] – mas pelo acaso na forma de uma *espontaneidade* que é, até certo grau, regular [*chance in the form of a spontaneity which is to some degree regular*]. O universo obedece, assim, em parte ao acaso. A variedade que vemos no universo permite a Peirce dizer que há um elemento arbitrário no universo: “Tente verificar qualquer lei da natureza e descobrirá que quanto mais precisas suas observações, mais certamente elas evidenciarão afastamentos irregulares da lei. Estamos acostumados a atribuí-los, e não digo incorretamente, a erros de observação; contudo, não podemos usualmente dar conta de tais erros por qualquer modo antecedentemente provável. Rastreie suficientemente suas causas [*Trace their causes back far enough*] e será forçado a admitir que eles se devem sempre à determinação arbitrária, ou acaso” (CP 6.46). As conseqüências da concepção de que todas as nuvens são relógios levam não apenas a admitir a existência de uma mente suficiente poderosa que, uma vez dado o estado do universo na nebulosa original e dadas as leis da mecânica clássica, poderia “deduzir desses dados a forma precisa de cada rabisco de todas as letras que estou agora escrevendo”, mas também a admitir que “mentes são parte do mundo físico de tal modo que as leis da mecânica determinam tudo o que acontece segundo atrações e repulsões imutáveis” [CP 6.37-38], ou seja, a reduzir o mundo inteiro a um autômato e a negar, assim, a existência de um elemento de acaso real no mundo, ou *a não reconhecer o acaso como um princípio real*. A concepção de Peirce de que, até certo ponto, *todos os relógios são nuvens* se apóia unicamente sobre argumentos perfeitamente clássicos (e absolutamente independentes das considerações que foram introduzidas mais tarde pela física quântica). A concepção peirceana de acaso (= o indeterminismo ontológico) foi recebida por seus contemporâneos com pouco interesse: os físicos só se dispuseram a abandonar o determinismo físico, escreve Popper, com a derrocada da física clássica e com a ascensão da nova teoria dos quanta (ver CALVET DE MAGALHÃES, Th. “Popper leitor de Kant: Da terceira antinomia ao postulado da liberdade.” *Ética e Filosofia Política*, Juiz de Fora, v. 2, n.2 (jul./dez. 1997), p. 7-34).

²⁸ Encontramos já no seu ensaio de 1878, “The Order of Nature” [*Popular Science Monthly*, XIII (junho 1878), p. 203-17], o primeiro esboço de uma “cosmologia” científica (ver CP 6.395-427, e W3, p. 306-22). Cf. HOOKWAY, C. *Peirce* (capítulo IX), e *Truth, Rationality, and Pragmatism: Themes from Peirce*. Oxford: Clarendon Press, 2000 (capítulos VI e VII). Ver também HAUSMAN, C. *Charles S. Peirce’s Evolutionary Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

O pragmatismo e a doutrina do senso comum crítico

Em “What Pragmatism Is”, ao tentar explicar em que consiste o seu pragmatismo, Peirce afirma que a simples definição do pragmatismo não é suficiente, e que ela não considerada as “proposições preliminares” ou as “doutrinas sem cuja aceitação prévia (ou aceitação virtual) o próprio pragmatismo seria uma nulidade” (CP 5.416). Essas “proposições preliminares” poderiam todas figurar sob a máxima vaga, “Recusem os faz-de-conta” [“Dismiss make-believes”], uma máxima, diz ele, que também pode ser chamada “a adoção da filosofia geral do senso comum”²⁹:

Filósofos das mais diversas facções propõem que a filosofia deve ter como ponto de partida um ou outro estado da mente em que nenhum homem, e menos ainda um principiante em filosofia, de fato se encontra. Um deles propõe que comecemos por duvidar de tudo, e diz que só há uma coisa de que não podemos duvidar, como se duvidar fosse “tão fácil como mentir”. Um outro propõe que comecemos por observar “as primeiras impressões dos sentidos”, esquecendo-se de que nossos próprios perceptos são resultados de

²⁹ Ver o manuscrito 1338, escrito por volta de 1905-1906. Em “Issues of Pragmatism” (1905), e num manuscrito do mesmo período, publicado nos *Collected Papers* (5.502-37), Peirce descreve a sua posição epistemológica como um desenvolvimento a partir da filosofia escocesa do senso comum e afirma que já defendia uma filosofia crítica do senso comum no final da década de 1860 (CP 5.439). Thomas Reid (1711-1782), com as suas três obras, *An Inquiry into the Human Mind, on the Principles of Common Sense* [1764], *Essays on the Intellectual Powers of Man* [1785] e *Essays on the Active Powers of Man* [1788], deu início à Escola Escocesa (da filosofia) do Senso Comum, que incluía filósofos como Dugald Stewart (1753-1828) e William Hamilton (1788-1856). Para Reid, a filosofia de Hume pode ser considerada como a *reductio ad absurdum* do ceticismo. Berkeley, Locke e Hume tomam como ponto de partida a teoria cartesiana das idéias e, para Reid, é essa teoria que conduz necessariamente ao ceticismo. Para refutar o ceticismo, é necessário, segundo Reid, refutar a teoria das idéias: contra a teoria das idéias ou que ele denomina de “sistema ideal” [*ideal system*], Reid defende uma teoria da percepção direta, ou um realismo direto. Cf. BAUMANN, Peter. “The Scottish Pragmatist? The Dilemma of Common Sense and the Pragmatist Way Out” [*Reid Studies*, v. 2 (1999), p. 47-57]. Ao contrário de Berkeley, que expressa nos seus *Philosophical Commentaries* (os seus *Cadernos* de 1707-1708, publicados em 1871) a intenção de “estar banindo eternamente a metafísica e chamando de volta os homens ao senso comum [to be eternally banishing *Metaphysics &c & recalling Men to Common Sense*]” (BERKELEY, G. *Philosophical Works, including the works on vision*. J. M. Dent (ed.). London e Melbourne: Everyman’s Library, 1985, p. 324), Kant afirma no “Prefácio” aos seus *Prolegomena zu einer jeden künftigen Metaphysik die als Wissenschaft wird auftreten können* (1773) que, visto mais de perto, o “apelo” ao *senso comum* [mas ele só menciona aqui a crítica do filósofo e poeta James Beattie (1735-1803) a Hume] “não é mais que um apelo à opinião da multidão, uma opinião que faz enrubescer o filósofo, mas é orgulho e triunfo para o charlatão popular” (*Akademie-Ausgabe*, vol. IV, p. 259). Para um resumo da resposta de Reid ao ceticismo, ver também VERNIER, Paul. “Thomas Reid on the Foundation of Knowledge and his Answer to Skepticism” [*Thomas Reid: Critical Interpretations*. Stephen F. Barker; Thomas L. Beauchamp (eds.). Philadelphia: Temple University Philosophical Monographs, 1976], p. 19.

elaboração cognitiva. Mas, na verdade, há apenas um estado da mente a partir do qual podemos “partir”, a saber, o próprio estado em que alguém de fato se encontra no momento em que efetivamente for “partir” – um estado no qual ele se acha carregado com uma imensa massa de cognição já formada, da qual não consegue despojar-se mesmo que quisesse; e quem sabe se, caso pudesse fazê-lo, não tornaria com isso todo conhecimento impossível para si mesmo. [...] Mas não faça de conta [*do not make believe*] [...]; reconheça, como deve fazer, que há muitas coisas de que não duvida, de maneira alguma. (CP 5.416)

Essa exortação normativa já tinha sido enunciada por Peirce em 1868, em “Some Consequences of Four Incapacities”:

Não podemos começar com a dúvida completa. Temos de começar com todos os preconceitos que de fato temos quando abordamos o estudo da filosofia. Estes preconceitos não podem ser dissipados por uma máxima, pois são coisas a respeito das quais não nos ocorre que *possam* ser questionadas. Por conseguinte, este ceticismo inicial será um mero auto-engano, e não dúvida real; e ninguém que siga o método cartesiano³⁰ jamais ficará satisfeito enquanto não recuperar formalmente todas aquelas crenças que tinha, quanto à forma, abandonado. Portanto, é um procedimento preliminar tão inútil quanto seria ir ao Pólo Norte para chegar a Constantinopla descendo regularmente por um meridiano. No decorrer de seus estudos, é verdade, uma pessoa pode achar razões para duvidar daquilo em que começou acreditando; mas neste caso ela duvida porque tem uma razão positiva para fazê-lo, e não em virtude da máxima cartesiana. Não pretendamos duvidar em filosofia daquilo de que não duvidamos em nossos corações. (W2, p. 212)

Embora o pragmatismo não seja uma filosofia nem um sistema de filosofia, escreve Peirce, “ele se ajusta melhor à filosofia inglesa e, mais particularmente, à doutrina escocesa do senso comum” (CP 8.207, 1905).³¹ Em “Issues of Pragmaticism”, Peirce defende a sua doutrina do senso comum crítico [*critical common-sensism*] e expõe os seis erros que ele encontrou na doutrina escocesa do senso comum.

1) “O senso comum crítico admite que há não apenas proposições indubitáveis, mas também inferências indubitáveis. Em um sentido, qualquer coisa evidente é indubitável; mas as proposições e inferências que o senso comum crítico sustenta como originais, no sentido em que não as podemos ‘reabrir’ (como dizem os advogados), são

³⁰ Para a epistemologia cartesiana, ver BRUNSCHWIG, Léon. “La pensée intuitive chez Descartes et chez les cartésiens” [1937] e “Note sur l’épistémologie cartésienne” [1937]. In: *Écrits Philosophiques*, I L’Humanisme de l’Occident: Descartes, Spinoza, Kant. Paris : PUF, 1951. p. 55-80. Ver também MAESSCHALCK, Marc. “La fondation de l’autonomie chez Descartes” [*Le principe d’autonomie*. Introduction aux auteurs modernes. Louvain-la-Neuve: Institut Supérieur de Philosophie, 1992. p. 60-90]; CHAPPELL, Vere C. “The Theory of Ideas” [*Essays on Descartes’ Meditations*. Amélie Oksenberg Rorty (ed.). Berkeley : University of California Press, 1986. p. 177-98]; e HINTIKKA, Jaakko. “*Cogito ergo sum*: Inference or Performance?” *Philosophical Review*, v. 71 (1962), p. 3-32.

³¹ Em um outro aspecto, afirma aqui Peirce, o pragmatismo está não apenas vinculado à filosofia escocesa, “mas mais ou menos a toda a filosofia moderna, e trata-se de sua total ruptura com o nominalismo” (CP 8.208).

indubitáveis no sentido de serem *acríticas*” (CP 5.440; grifo meu). Essas proposições e inferências indubitáveis podem ser *falíveis*, ou seja, a indubitabilidade nunca é em si, para Peirce, uma garantia de verdade. Indubitável não é sinônimo de fundacional: as inferências acríicas ocorrem naqueles casos em que “temos consciência de que uma crença foi determinada por uma outra crença, mas não temos consciência de que isso procede a partir de algum princípio geral [*that it proceeds on any general principle*]” (CP 5.441).

2) As proposições indubitáveis *mudam*. Essas mudanças são talvez insignificantes de geração em geração, mas elas são perceptíveis (CP 5.444). O que distingue, portanto, o senso comum crítico da doutrina escocesa do senso comum é um reconhecimento da evolução: não podemos considerar os princípios do senso comum, aistoricamente, como auto-evidentes.³²

3) É necessário fixar os *limites* da indubitabilidade das crenças originais: “Os filósofos escoceses reconheciam que as crenças originais [...] participavam da natureza geral dos instintos. Mas, se bem que, mesmo agora, sabemos pouco dos instintos, estamos muito mais familiarizados com eles do que o estavam os homens do século XVIII. Sabemos, por exemplo, que eles podem, num tempo muito curto, modificar-se. [...] Mas há uma coisa que os [filósofos] escoceses não conseguiram reconhecer, e é que as crenças originais só permanecem indubitáveis na sua aplicação a assuntos que se assemelham àqueles que caracterizam um modo primitivo de vida.” À medida que desenvolvemos *graus de autocontrole* até então desconhecidos, surgem ocasiões de ação em relação às quais as crenças originais não têm autoridade suficiente: uma revisão de nossas crenças é, portanto, sempre possível.³³ A escola escocesa do senso comum, escreve Peirce, “não parece dispor de tal distinção no que diz respeito aos limites da indubitabilidade e dos conseguintes limites da jurisdição da crença original” (CP 5.445).

4) A característica mais distintiva do partidário do senso comum crítico, em contraposição à velha escola escocesa do senso comum, “reside na sua insistência de que o acriticamente indubitável é invariavelmente vago” (CP 5.446).³⁴ A irredutibilidade do vago provém também, para Peirce, da *indeterminação real* das crenças do senso comum.

5) Outra característica do partidário do senso comum crítico, que o distingue da velha escola escocesa do senso comum, é o grande valor que ele atribui à dúvida, mas somente se ela for “o pesado e nobre metal mesmo, e não uma falsificação, nem um substituto de papel. Ele não se contenta em perguntar a si mesmo se duvida ou não, mas ele inventa um plano para alcançar a dúvida, elabora esse plano em detalhe, e põe-no depois em prática, embora isso possa implicar um mês intenso de duro trabalho; e só depois de ter procedido a tal exame, proclamará uma crença como indubitável. Além

³² Ver também CP 5.513 (1905 aprox.)

³³ Cf. CP 5.511 (1905 aprox.).

³⁴ Cf. CP 5.505-507, 8.208 (1905 aprox.). Ver também TIERCELIN, C. C. S. *Peirce et le pragmatisme*. p. 81, e o “Prefácio” de Achim Eschbach, “The History of Semiotics and Charles S. Peirce”, aos *Studies in Logic by Members of the Johns Hopkins University* (1883), Charles S. Peirce, ed., Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1983. p. xxxiv-xxxix.

disso, ele reconhece plenamente que, mesmo então, pode ser que algumas de suas crenças indubitáveis podem se revelar falsas [*may be proved false*]” (CP 5.451). Mas ele não pode realmente admitir, insiste Peirce, que *todas* as suas crenças indubitáveis poderiam ser falsas.³⁵ O falibilismo permanece aqui a única posição teórica racional.³⁶

6) “O senso comum crítico pode, com justiça, reivindicar esse título por dois tipos de razões; a saber, que, por um lado, submete quatro opiniões à crítica severa: a própria; a da escola escocesa; a daqueles que fundariam a lógica ou a metafísica na psicologia, ou em qualquer outra ciência especial, a menos sustentável de todas as opiniões filosóficas que podem estar em voga³⁷; e a de Kant; mas que, por outro lado, mantém também certa reivindicação a chamar-se “crítico”, pelo fato de ser apenas uma modificação do kantismo” (CP 5.452).

Para ilustrar a posição de Peirce, William Davis sugere, em 1972, a analogia de um quebra-cabeça [*jig-saw puzzle*] “em que cada nova peça [*bit*] acrescenta valor [*significancel*] ao todo, embora cada peça seja incompleta em si mesma e não haja uma peça que seria a fundação real [*there is no real foundation piece*] sobre a qual todo o resto se apoiaria. *Qualquer* peça serve como ponto de partida, onde nada é infalível em princípio, embora na prática muitas coisas não fracassam [*though much does not fail in practice*]”.³⁸ Mas poderíamos também citar aqui o seguinte parágrafo de “Some Consequences of Four Incapacities”:

A filosofia deveria imitar [*ought to imitate*] as ciências bem-sucedidas em seus métodos, de modo que só procedesse a partir de premissas tangíveis que possam ser submetidas ao escrutínio cuidadoso, e a confiar antes no grande número e na variedade de seus argumentos do que no caráter conclusivo de um só [*any one*]. Seus raciocínios não devem formar uma cadeia que não seja mais forte do que o seu elo mais fraco, mas sim um cabo cujas fibras podem ser muitíssimo finas, contanto que sejam suficientemente numerosas e estejam intimamente conectadas. (W2, p. 213)

³⁵ Cf. CP 5.515-523. Ver aqui HAACK, S. “Descartes, Peirce and the Cognitive Community.” *The Monist*, v. 65, n. 2 (1982), p. 166-71.

³⁶ Cf. HAACK, S. “Descartes, Peirce and the Cognitive Community”, p. 171-2. Ver também HAACK, S. “Two Fallibilists in Search of the Truth” [*Proceedings of the Aristotelian Society*, v. 51 (1977), p. 63-83]. Num manuscrito, escrito por volta de 1897, Peirce escreve: “... a partir de um contrito falibilismo, combinado com uma alta fé na realidade do conhecimento [...],pareceu-me sempre que toda a minha filosofia crescia” (CP 1.14).

³⁷ Ver aqui KASSER, Jeff. “Peirce’s Supposed Psychologism” [*Transactions of the Charles S. Peirce Society*, v. XXXV, n. 3 (1999), p. 501-26].

³⁸ DAVIS, William H. *Peirce’s Epistemology*. The Hague (Netherlands): Martinus Nijhoff, 1972. p. 20. Susan Haack também usa essa analogia na última divisão, “The Jigsaw of Knowledge”, de seu ensaio de 1982, “Descartes, Peirce and the Cognitive Community” (p. 175-8; mas ela cita aqui um texto de M. Polanyi, “The Republic of Science: Its Political and Economic Theory”, publicado em 1969). Para ilustrar a sua nova explicação da justificação epistêmica, que ela denomina de “foundherentism”, Haack não retoma a analogia de um quebra-cabeça, mas prefere a analogia das palavras cruzadas [*the analogy of a cross-word puzzle*] – ver *Evidence and Inquiry*. Towards Reconstruction in Epistemology. Oxford: Blackwell, 1993. p. 2, 81-9; ver também HAACK, S. “The Puzzle of ‘Scientific Method’.” In: *Revue Internationale de Philosophie*, n. 4 (1997), p. 495-506.

Em 1903, nas conferências sobre o pragmatismo que apresentou em Harvard³⁹, Peirce afirma que por “filosofia” ele entende “aquele departamento da Ciência Positiva, ou Ciência do Fato, que não se ocupa com reunir fatos, mas simplesmente com aprender o que pode ser aprendido a partir dessa experiência que exerce pressão sobre cada um de nós a cada dia e a cada hora”. A *filosofia*, diz ele,

não reúne novos fatos, porque não precisa deles, e também porque novos fatos não podem ser firmemente estabelecidos sem admitir uma doutrina metafísica; o que, por sua vez, requer a cooperação de cada setor da filosofia; de modo que tais fatos novos, por mais notáveis que possam ser, proporcionam um suporte bem mais fraco à filosofia do que essa *experiência comum*, da qual ninguém duvida ou pode duvidar, e de que ninguém *pretendeu* duvidar, exceto como conseqüência de uma crença nessa experiência, tão inteira e tão perfeita, que não conseguia ser consciente de si mesma ... (CP 5.120)⁴⁰

³⁹ PEIRCE, C. S. *Pragmatism as Principle and Method of Right Thinking*: The 1903 Harvard Lectures on Pragmatism. Patricia Ann Turrise (ed.). Albany: State University of New York Press, 1997. (Trad. Francesa: Claudine Tiercelin. In: *Pragmatisme et Pragmaticisme*. p. 261-441.)

⁴⁰ Peirce apresenta aqui um resumo da sua divisão da filosofia em três grandes setores: “A filosofia tem três grandes divisões. A primeira é a Fenomenologia [também nomeada por ele de *Faneroscopia*, ou Doutrina das Categorias], que simplesmente contempla o Fenômeno Universal e discerne seus elementos ubíquos, a Primeiridade, a Secundidade, a Terceiridade, juntamente, talvez, com outras séries de categorias. A segunda grande divisão é a Ciência Normativa, que investiga as leis universais e necessárias da relação dos Fenômenos com os *Fins*, isto é, talvez, com a Verdade, o Bem [*Right*] e a Beleza. A terceira grande divisão é a Metafísica que se esforça por compreender a Realidade dos Fenômenos. Ora, a Realidade é assunto de Terceiridade enquanto Terceiridade, isto é, em sua mediação entre a Secundidade e a Primeiridade. Não duvido que a maioria, senão todos os senhores, sejam nominalistas; e peço que não se ofendam com uma verdade que me parece tão evidente e inegável quanto é verdadeiro o fato de que as crianças não compreendem a vida humana. Ser um nominalista consiste no estado, não desenvolvido em sua própria mente, da apreensão da Terceiridade enquanto Terceiridade. O remédio para isso está em permitir que as idéias da vida humana desempenhem um papel maior na sua filosofia. A metafísica é a ciência da Realidade. A realidade consiste na regularidade. A regularidade real é a lei ativa. A lei ativa é a razoabilidade eficiente [*efficient reasonableness*] ou, em outras palavras, é verdadeiramente a razoabilidade razoável [*reasonable reasonableness*]. A razoabilidade razoável é a Terceiridade como Terceiridade” (CP 5.121). Para a análise detalhada da classificação que Peirce fez das ciências, em 1902, na sua *Minute Logic*, ver CP 1.203-283; 1.575-584; 2.1-202; 4.227-323; 6.349-352; 7.279 e 7.362-387. Ver também CALVET DE MAGALHÃES, Th. *Signe ou Symbole*: Introduction à la Théorie Sémiotique de C. S. Peirce. Louvain-la-Neuve: Cabay, 1981. p. 89-127; “Un, Deux, Trois: Catégories Fondamentales” [*Acta Semiotica et Linguistica*, v. 5 (1984), pp. 81-5]; e KENT, B. *Charles S. Peirce*: Logic and the Classification of the Sciences. Montreal : McGill-Queen’s University Press, 1987.

As três proposições que afiam a máxima do pragmatismo

É nessas conferências que Peirce formula três proposições para afiar a máxima do seu pragmatismo, ou três proposições *cotárias*⁴¹ – a primeira: não há concepções que não nos sejam dadas em juízos perceptuais [*perceptual judgments*]⁴²; a segunda é que os juízos perceptuais contêm elementos de generalidade; a terceira é que a faculdade abduativa, por meio da qual penetramos nos segredos da natureza, é, por assim dizer, um esfuminho, um *degradé* do que, na sua mais alta perfeição, chamamos de “percepção”⁴³ –, e afirma que a *máxima* do pragmatismo nada mais é que a *lógica da abdução*:

Se considerarem cuidadosamente a questão do pragmatismo, verão que ela nada mais é que a questão da lógica da abdução. Isto é, o pragmatismo propõe uma máxima que, se correta, deve tornar desnecessária qualquer outra regra quanto à admissibilidade das hipóteses se colocarem como hipóteses, ou seja, como explicações de fenômenos tidas como sugestões auspiciosas; e, mais ainda, isto é *tudo* o que a máxima do pragmatismo pretende fazer, pelo menos na medida em que está restrita à lógica ... (CP 5.196)

Quando Peirce introduziu pela primeira vez a sua teoria do *percepto* e do *juízo perceptual*⁴⁴ no primeiro capítulo, e na segunda seção do segundo capítulo, de um livro

⁴¹ Do latim, *cos, cotis*, pedra de amolar, mó. Peirce conhecia bem Horácio e fazia talvez alusão aqui, sugerem os editores de *The Essential Peirce*, aos versos 304-305 de sua *Ars poetica*: “*ergo fungar vice cotis, acutum / reddere quae ferrum valet exors ipsa secandi*” (nota do segundo volume de *The Essential Peirce*, p. 530).

⁴² Ver, mais abaixo, nota 44. Essa primeira proposição cotária é a interpretação de Peirce do slogan *Nihil est in intellectu quod non prius fuerit in sensu*.

⁴³ Ver a tradução de Claudine Tiercelin, in *Pragmatisme et Pragmaticisme*, p. 413; ver também CP 5.181.

⁴⁴ Traduzo “percept” por *percepto* e “perceptual judgment” por *juízo perceptual*, seguindo aqui a tradução francesa desses termos de Claudine Tiercelin – “percept” e “jugement perceptuel” – e não como fez Joseph Chenu, no seu longo ensaio introdutório à publicação dos escritos anticartesianos de Peirce, “Une philosophie de la discursivité radicale. Essai introductif”, por “percept” e “jugement perceptif” (PEIRCE, C. S. *Textes anticartésiens*. Paris : Aubier, 1984. p. 11-170). André De Tienne também traduz “perceptual judgment” por “jugement perceptuel” [“Quand l’apparence (se) fait signe: la genèse de la représentation chez Peirce”, RS-SL, v. 20 (2000), n. 1-2-3, p. 95-144]. O *Oxford English Dictionary* nota que o termo “percept”, nome (filos.) usado a partir do século 19, indica “alguma coisa que é percebida” (do latim *perceptum*, “alguma coisa percebida”), e também “um conceito mental que é desenvolvido como um resultado do processo de percepção” (do latim *percipere*, “captar, entender”); e que “perceptual”, um adjetivo, quer dizer “de ou relativo à capacidade de interpretar ou se tornar consciente [*aware*] de alguma coisa por meio dos sentidos”. Em francês temos os termos “percept”, nome (filos.) usado a partir do século XX, por influência de “concept”, que indica “objeto da percepção, sem referência a uma coisa em si (*oposto* a conceito)”, e “perceptif/perceptive”, adjetivo (1754; “que percebe”, 1370; do latim *perceptum*) [Psicologia: *relativo à percepção. Interpretação perceptiva da sensação. Estruturas perceptivas*]. Em português, o termo inglês “perceptual”, e o termo francês “perceptif”-“perceptive”, são traduzidos por “perceptivo” ou “perceptiva”. Mas temos ainda, em inglês, o adjetivo “perceptive”, querendo dizer “tendo ou mostrando aguda perspicuidade”, e seus derivados “perceptively”, advérbio; “perceptiveness”,

incompleto, não publicado, intitulado *Minute Logic* (escrito em 1902)⁴⁵, já tinha identificado a lógica com a *semiótica normativa* [*normative semeiotic*]. A sua teoria do percepto e do juízo perceptual é o resultado de um longo processo de desenvolvimento que se inicia, em 1868, com uma teoria “semiótica” do conhecimento. No início da década de 1880, o próprio trabalho de Peirce com um dos seus alunos sobre pequenas diferenças da sensação, na Universidade Johns Hopkins, consegue provar que estímulos sensoriais demasiado fracos para serem reconhecidos conscientemente influenciam, no entanto, os nossos juízos (CP 7.21-35, 1884). Esse resultado confirma ainda mais a sua tese de que tais processos mentais, sendo inconscientes, não podem ser criticados (estão fora do nosso controle). Mas onde começa então, no processo de cognição, a possibilidade de crítica? Na *porta da percepção*.

Para Peirce, *a percepção é ao mesmo tempo direta* – percebemos coisas externas e eventos – e *interpretativa*. O *percipuum* – um termo criado por Peirce em 1902⁴⁶ – inclui o *percepto* e o *juízo perceptual* (dois elementos conceitualmente distintos, mas inseparáveis na prática).⁴⁷ Um “percepto” não é uma impressão dos sentidos, mas é uma parte do mundo externo que *se impõe diretamente* a nós. O processo pelo qual os perceptos resultam de estímulos dos sentidos é desconhecido, ou seja, escapa completamente à consciência:

Vejo um tinteiro sobre a mesa: isto é um percepto. Movendo minha cabeça, tenho um percepto diferente do tinteiro. Ele coalesce com o outro percepto. (CP 8.144, 1901)

Digamos que, enquanto estou aqui sentado, escrevendo, vejo, do outro lado de minha mesa, uma cadeira amarela com uma almofada verde. [...] A cadeira que pareço ver [...] se impõe ao meu olhar; mas não como um representante [a

nome; “perceptivity”, nome [parece ser nesse sentido que Peirce usa “perceptive” para descrever a sugestão abduativa (um “act of *insight*”) em CP 5.181]. Assim, temos em inglês, *percept/perceptual* e *concept/conceptual* (mas, em francês, *percept/perceptif* e *concept/conceptuel*), e não me parece, então, abusivo dizer percepto / perceptual, do mesmo modo que dizemos conceito/conceptual.

⁴⁵ Cf. CP 2.1-117; 2.119-202. Para a primeira seção do segundo capítulo desse livro, ver CP 1.203-283. O terceiro capítulo da *Minute Logic* foi publicado no quarto volume dos CP (4.227-322). Para a teoria da percepção de Peirce, ver HOOKWAY, C. *Peirce*, capítulo V, p. 151-180; HAACK, S. “How the critical common-sensist sees things” [*Histoire, Épistémologie, Langage* 16/I (1994), p. 9- 34]; e De TIENNE, A. “Quand l’apparence (se) fait signe: la genèse de la représentation chez Peirce”, p. 104-44.

⁴⁶ Cf. CP 7.597- 688 (7.629 e 7.642-681).

⁴⁷ “Nada sabemos sobre o percepto a não ser pelo testemunho do juízo perceptual, exceto que sentimos o seu golpe, a reação dele contra nós, e vemos os conteúdos dele arranjados num objeto, na sua totalidade – excetuando-se também, é claro, o que os psicólogos são capazes de extrair inferencialmente. Mas, no momento em que fixamos nossa mente sobre ele e *pensamos* a menor coisa sobre o percepto, é o juízo perceptual que nos diz o que nós assim ‘percebemos’. Por esta e outras razões, proponho considerar o percepto, tal como ele é imediatamente interpretado no juízo perceptual, sob o nome de ‘percipuum’” (CP 7.643). Cf. HAACK, S. “How the critical common-sensist sees things”, p. 18-20.

deputy]⁴⁸ de qualquer outra coisa, não “como” qualquer coisa. [...] É bastante insistente, apesar de todo seu silêncio. [...] Sou forçado a confessar que aparece. Não apenas aparece, mas perturba-me mais ou menos. Não posso pensar que o que aparece não está lá, nem dispensá-lo como faço com uma fantasia. [...] É uma coisa insistente [...]. Força-se silenciosamente sobre mim. Assim é o percepto. (CP 7.619-622, 1903)⁴⁹

Considerado como uma experiência *direta*, o percepto não é nem certo nem incerto, porque não afirma nada – simplesmente *é [it just is]*. [...] a experiência direta significa simplesmente a aparência. [...] não testemunha outra coisa a não ser sua própria aparência. (CP 1.145, 1905)

O percepto direto, tal como aparece primeiro, aparece como brutalmente forçado sobre nós. (CP 1.253, 1902)

... sentimos o seu golpe, a reação dele contra nós, e vemos os conteúdos dele arranjados num objeto, na sua totalidade. (CP 7.643, 1903)

Peirce considera aqui o objeto imediatamente percebido, independentemente de qualquer interpretação crítica. O “raciocínio” ou o pensamento crítico e controlado⁵⁰ não começa antes que um juízo se forme. Os nossos juízos perceptuais são as primeiras premissas de todo pensamento crítico e controlado, escreve Peirce, mas o processo por meio do qual estes juízos resultam dos perceptos não está sujeito ao autocontrole:

Até mesmo depois que o percepto foi formado, há uma operação que me parece bastante incontrolável. É a de julgar o que de fato a pessoa percebe. Um juízo é um ato de formação de uma proposição mental combinado com sua adoção ou assentimento. [...] Não vejo como seria possível exercer algum controle sobre essa operação ou submetê-la à crítica. (CP 5.115, 1903)

Segundo Peirce, um “juízo perceptual” é “um juízo que se impõe, absolutamente à força, ao meu aceitação, e isso por um processo que sou totalmente incapaz de controlar e, conseqüentemente, incapaz de criticar” (CP 5.157, 1903), ou, ainda, “um juízo que assevera em forma proposicional o que é um caráter de um percepto diretamente presente à mente” [o que é o conteúdo do percepto] (CP 5.54, 1903). O juízo

⁴⁸ Ou seja, um percepto *não é* uma representação. Mas o que é uma representação? O que é “representar”? Peirce responde: “Estar em lugar de [ou estar *por*] (*stand for*), é [para alguma coisa] estar numa tal relação *para* uma outra coisa que, por certas razões, ela é considerada por alguma mente como se fosse essa outra coisa”. Assim, escreve Peirce, “um porta-voz, um representante [*deputy*], um procurador [*attorney*], um agente, um vicário [*vicar*], um diagrama, um sintoma, um tento [*counter*], uma descrição, um conceito, uma premissa, um testemunho [*testimony*], todos representam alguma outra coisa, de suas diversas maneiras, *para* mentes que as consideram segundo essas maneiras” (CP 2.273; grifos meus).

⁴⁹ Para a noção de “ver-como” em Wittgenstein, e sua análise da imagem visual, ver BOUVERESSE, J. *Langage, perception et réalité*. V. I: La perception et le jugement. Nîmes, Éditions Jacqueline Chambon, 1995. p. 305-405.

⁵⁰ Segundo Peirce, o termo “raciocínio” [*reasoning*] só deveria ser usado para caracterizar toda fixação – razoável, deliberada e autocontrolada – de uma crença por uma outra (CP 5.440, 1905).

perceptual é, assim, para Peirce uma proposição de existência determinada pelo percepto, e que o interpreta [*is a proposition of existence determined by the percept, which it interprets*], ou seja, é um tipo de proposição cujo predicado envolve um pouco [*a modicum*] de generalidade. O próprio percepto não é um juízo (não é, portanto, nem falso nem verdadeiro; não é nem falível nem infalível), e um juízo, sendo proposicional, não se parece de forma alguma com um percepto. O juízo perceptual (e *não* o percepto) é o ponto de partida de todo pensamento crítico e controlado.

Peirce não apenas afirma que os nossos juízos perceptuais escapam totalmente à crítica – e nesse sentido, eles ocupam, escreve Haack, “um lugar privilegiado na ordem da investigação” –, mas que eles são absolutamente *falíveis* – os juízos perceptuais não possuem nenhuma outra verdade além da veracidade –, e, portanto, conclui Haack, estes juízos “não são privilegiados no que diz respeito à justificação”.⁵¹ Espero que a própria posição de Peirce fique mais clara com a sua explicação da *interpretatividade* do juízo perceptual como um caso extremo de abdução.

A percepção é interpretativa, escreve Peirce⁵²:

Em todas as ilusões visuais [...], das quais umas vinte ou trinta são bem conhecidas, a coisa mais impressionante é que uma certa teoria da interpretação da figura parece mesmo ser dada na percepção.

... não é necessário ir além das observações ordinárias da vida comum para encontrar toda uma variedade de maneiras extremamente diferentes em que a percepção é interpretativa.

... Iria cansá-los se me estendessem mais a respeito de algo tão familiar [...] como a interpretatividade do juízo perceptual. (CP 5.183-185, 1903)

Para Peirce, a interpretatividade do juízo perceptual é apenas “o caso mais extremo de juízo abduutivo” (CP 5.185). Os nossos juízos perceptuais – as primeiras premissas de todo pensamento crítico e controlado – têm de ser considerados como um caso extremo de inferências abduativas, de que diferem por escapar totalmente à crítica: “A sugestão abduativa advém-nos como num lampejo. É um ato de *perspicuidade* [*insight*], embora de uma perspicuidade extremamente falível” (CP 5.181, 1903).

Os nossos juízos perceptuais são as primeiras premissas de todo pensamento crítico e controlado e, assim considerados, esses juízos ocupam um lugar privilegiado na ordem da investigação. O processo da investigação é considerado por Peirce como um processo de raciocínio (que vai da abdução, via dedução, à indução), governado por normas e motivado pelo verdadeiro espírito científico; ou seja, um processo movido pela vontade de aprender ou por um genuíno desejo de descobrir a verdade (“um grande desejo de aprender a verdade”, “um desejo, inteligentemente sincero e efetivo,

⁵¹ HAACK, S. “How the critical common-sensist sees things”, p. 29-30.

⁵² Era o que Hermann von Helmholtz (1821-1894) já tinha defendido na terceira parte de seu *Handbuch der physiologischen Optik* (1856-1866) e resumido num longo ensaio (“Die Tatsachen in der Wahrnehmung”) apresentado em 1878. Para a crítica da teoria da percepção de Helmholtz, ver BOUVERESSE, J. *Langage, perception et réalité*, p. 35-144, 167-304. Ao contrário de Helmholtz, a concepção em favor da qual Bouveresse tenta, explícita ou implicitamente, argumentar nessa obra é uma forma de “realismo direto” (p. 5-34).

de aprender”⁵³), pela busca *desinteressada* da verdade (“uma investigação diligente da verdade por amor à própria verdade, sem nenhum interesse pessoal”), que caracteriza a própria vida da ciência, e que permitiria a uma comunidade de pesquisadores alcançar a verdade. A *abdução* – o primeiro estágio da investigação – consiste na invenção, seleção e consideração de uma hipótese. Na medida em que a abdução é “o processo de formação de uma hipótese explanatória”, ela é, para Peirce, “a única operação lógica que introduz uma idéia nova” (CP 5.171, 1903). Esta forma de argumento⁵⁴ não oferece segurança (a segurança quanto à sua verdade é baixa), mas sua iberdade, ou seu valor em produtividade, é alta; a abdução, escreve Peirce, “simplesmente sugere que alguma coisa *pode ser* [*may be*]” (CP 5.171).⁵⁵

Se admitirmos a terceira proposição cotária, que afirma “que a inferência abduativa se funde no juízo perceptual sem nenhuma linha de demarcação mais nítida entre eles”, então temos de admitir “que o juízo perceptual contém elementos gerais” [a segunda proposição cotária], porque “se um elemento geral fosse dado de outro modo [...], ele só poderia aparecer primeiro numa sugestão abduativa e isto, como acabamos de ver, parece redundar substancialmente na mesma coisa” (CP 5.186, 1903). Mas Peirce não afirma apenas que todo elemento geral de toda hipótese é dado na percepção, mas que “toda *forma* geral de reunir conceitos é, em seus elementos, dada na percepção” (CP 5.186). Para compreender a posição de Peirce, convém insistir que a generalidade é dada na percepção (ela é dada no *percipiuum*): “A generalidade [...] precipita-se sobre nós [*pours in upon us*] em nossos próprios juízos perceptuais” (CP 5.150, 1903).⁵⁶

No contexto geral de sua lógica, concebida como uma ciência normativa⁵⁷, a máxima heurística proposta, e agora reformulada por Peirce no modo indicativo, é apresentada como uma regra fundamental do pensamento autocontrolado⁵⁸: “A significação

⁵³ CP 1.235, 1902.

⁵⁴ Em 1908, Peirce faz uma distinção entre “argumento” e “argumentação”: Um *argumento* é “qualquer processo de pensamento que tende razoavelmente a produzir uma crença definida [*any process of thought reasonably tending to produce a definite belief*]”, e uma *argumentação* é “um argumento que procede de premissas [que foram] formuladas de um modo definido [*an argument proceeding upon definitely formulated premisses*]” (“A Neglected Argument for the Reality of God”, CP 6.456).

⁵⁵ Para o modo como o processo da investigação se desenvolve, ver CP 6.470-472 (1908). Cf. HOOKWAY, C. *Peirce*, cap. VII, p. 208-33.

⁵⁶ Ver HOOKWAY, C. *Peirce*, p. 165-6; e HAACK, S. “How the critical common-sensist sees things”, p. 19. No que diz respeito à questão do nominalismo e do realismo, o pragmatismo é, para Peirce, “uma tentativa para solucionar o problema: De que maneira pode um [tipo] geral não ser afetado por qualquer pensamento a seu respeito?” (CP 5.503; 1905 aprox.).

⁵⁷ Para o ideal peirceano de racionalidade normativa, ver TIERCELIN, C. “Un Pragmatisme Conséquent?” [*Critique*, n. 567-8 (1994), p. 652-60].

⁵⁸ Na sua resenha, publicada em 1905 no *The Nation*, da tradução de Edward Bradford Titchener da obra *Grundzüge der physiologischen Psychologie* (1874; 1902) de Wilhelm Wundt [“Wilhelm Wundt, *Principles of Physiological Psychology*”, *The Nation*, 81 (20 de Julho de 1905), p. 56-7], Peirce afirma que o pragmatismo, “de que tanto se falou nos últimos anos”, tenta apenas dar um desenvolvimento mais exato à filosofia do senso comum, “especialmente ao enfatizar [...] que toda a função do pensamento consiste na regulação da conduta” (CP 8.199).

intelectual inteira de qualquer símbolo consiste na soma [*the total*] de todos os modos gerais de conduta racional que, condicionalmente [...] resultaria da aceitação do símbolo” (CP 5.438, 1905). A primeira das duas implicações do pragmatismo de Peirce – a de que os conceitos são governados por fins ou são dotados de propósito [*that concepts are purposive*] – é talvez a mais fundamental. Mas, sem a segunda implicação – a de “que as significações dos conceitos residem em suas concebíveis conseqüências práticas” – o pragmatismo seria, escreve ele, “uma doutrina muito *estropiêe*” (CP 8.322, 1906). Dizer que, para o pragmatismo, a significação última, ou o valor intelectual último, de um conceito consiste “em resoluções condicionais concebidas” *não é* dizer que a significação dos conceitos consiste em atos, nem que o fim último do pensamento é a ação. O pensamento consiste, para o pragmatismo, em realizar, *por inferência*, uma “transformação e assimilação [*metaboly*] viva de símbolos cujo valor [intelectual] reside em resoluções gerais condicionais para agir” (CP 5.402, nota 3).

Ao traduzir os conceitos em normas que governam a ação, o pragmatismo pode ser agora considerado como um *método* que une conceitos e propósitos de tal modo que a conduta possa ser cada vez mais a manifestação da própria racionalidade: “Os elementos de todo conceito entram no pensamento lógico” – *no pensamento autocontrolado* – “pela porta da percepção e dele saem pela porta da ação propositada [*purposive action*]; e tudo aquilo que não puder mostrar seu passaporte em ambas essas portas deve ser preso como não-autorizado pela razão” (CP 5.212, 1903).⁵⁹ A significação de um conceito, enquanto meio para realizar esse ideal último do autocontrole, consiste no padrão (ou hábito) de ação racional que sua aceitação poderia envolver (CP 5.3, 1902; 5.433, 1905). Do início ao fim de sua obra, Peirce defendeu um pragmatismo realista e falibilista, mas isso não o impediu, ao contrário de muitos “pragmatistas” contemporâneos, de recusar todo acomodamento com o “espírito literário” e de enfatizar a legitimidade das questões fundamentais da filosofia.

⁵⁹ No Prefácio [1807] à *Phänomenologie des Geistes*, Hegel já tinha dito que a razão é “*o agir conforme a um fim*” [*die Vernunft des zweckmässige Tun ist*], “Vorrede”, *System der Wissenschaft. Erster Theil, die Phänomenologie des Geistes*, Wolfgang Bonsiepen; Reinhard Heede (eds.). *Gesammelte Werke*, 9. Hamburg: Felix Meiner, 1980, p. 20.

Referências Bibliográficas

- BAMBROUGH, R. "Peirce, Wittgenstein and Systematic Philosophy." *In: The Foundations of Analytic Philosophy*. Midwest Studies in Philosophy, vol. 6 (Peter A. French, Theodore E. Vehling e Howard K. Wettstein, eds.), Minneapolis, University of Minnesota Press, 1981, p. 263-73.
- BAUMANN, P. "The Scottish Pragmatist? The Dilemma of Common Sense and the Pragmatist Way Out." *Reid Studies*, vol. 2 (1999), p. 47-57.
- BERKELEY, G. *Philosophical Works, including the works on vision*. J. M. Dent (ed.). London; Melbourne: Everyman's Library, 1985.
- BOLER, J. F. *Charles Peirce and Scholastic Realism: A Study of Peirce's Relation to John Duns Scotus*. Seattle: University of Washington Press, 1963.
- BOULNOIS, O. *Être et Représentation: Une généalogie de la métaphysique moderne à l'époque de Duns Scot (XIII^e-XIV^e)*. Paris: PUF, 1999.
- BOUVERESSE, J. *Langage, perception et réalité*. Vol. I: La perception et le jugement. Nîmes: Éditions Jacqueline Chambon, 1995.
- _____. *La demande philosophique: Que veut la philosophie et que peut-on vouloir d'elle?* [1995] Paris: Éditions de l'éclat, 1996.
- BRUNDSCHWIG, L. "La pensée intuitive chez Descartes l'épistémologie cartésienne." [1937] *In: Écrits Philosophiques, I - L'Humanisme de l'Occident: Descartes, Spinoza, Kant*. Paris : PUF, 1951, p. 55-80.
- CALVET DE MAGALHÃES, Th. *Signe ou Symbole: Introduction à la Théorie Sémiotique de C. S. Peirce*. Louvain-la-Neuve: Cabay, 1981.
- _____. "Un, Deux, Trois: Catégories Fondamentales." *Acta Semiotica et Linguistica*. V. 5 (1984), p. 81-5.
- _____. *Filosofia analítica: De Wittgenstein à redescoberta da mente*. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da UFMG, 1997.
- _____. "Popper leitor de Kant: Da terceira antinomia ao postulado da liberdade." *Ética e Filosofia Política*, Juiz de Fora, v.2, n.2 (jul./dez. 1997), p. 7-34.
- CHAPPELL, V. C. "The Theory of Ideas." *In: Essays on Descartes' Meditations*. Amélie Oksenberg Rorty (ed.). Berkeley: University of California Press, 1986. p. 177-198.

CHAUVIRÉ, Ch. *Peirce et la signification* : Introduction à la logique du vague. Paris: PUF, 1995.

CHENU, J. “Une philosophie de la discursivité radicale. Essai introductif.” In: C. S. Peirce, *Textes anticartésiens*. Paris: Aubier, 1984. p. 11-170.

DAVIS, W. H. *Peirce's Epistemology*. The Hague (Netherlands): Martinus Nijhoff, 1972.

DELEDALLE, G. “Les articles pragmatistes de Charles S. Peirce.” *Revue Philosophique de la France et de l'Étranger*, v. 105 (1980), p. 17-29.

DE TIENNE, A. “Quand l'apparence (se) fait signe: la genèse de la représentation chez Peirce.” *RS-SL*, v. 20 (2000), n. 1-2-3, p. 95-144.

ENGEL-TIERCELIN, C. “Vagueness and the Unity of C. S. Peirce's Realism.” *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, v. XXVIII, n. 1 (1992), p. 51-82.

ESCHBACH, A. “The History of Semiotics and Charles S. Peirce.” *Studies in Logic by Members of the Johns Hopkins University* [1883], Charles S. Peirce, ed., Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, 1983. p. xxxiv-xxxix.

FISCH, M. “Was There a Metaphysical Club in Cambridge?” *Studies in the Philosophy of Charles Sanders Peirce, Second Series*. Edward C. Moore e Richard S. Robin (eds.). Amherst: University of Massachusetts Press, 1964. p. 3-32.

_____. “Peirce's Progress from Nominalism towards Realism.” *The Monist*, v. 11 (1967), p. 159-78.

_____. “Was There a Metaphysical Club in Cambridge? – A Postscript.” *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, v. 17 (1981), p. 128-30.

_____. “Introduction.” *Writings of Charles S. Peirce: A Chronological Edition*, v. 3 (1872-1878), Christian J. W. Kloesel (ed.). Bloomington: Indiana University Press, 1986. pp. xxix-xxxvii.

FRIEDMAN, L. “Pragmatism: The Unformulated Method of Bishop Berkeley.” *Journal of the History of Philosophy*, v. 41, n. 1 (2003).

HAACK, S. “Two Fallibilists in Search of the Truth.” *Proceedings of the Aristotelian Society*, v. 51 (1977), p. 63-83.

_____. “Descartes, Peirce and the Cognitive Community.” *The Monist*, v. 65, n. 2 (1982), p. 166-71 [publicado também em *The Relevance of Charles Peirce*. E. Freeman (ed.). La Salle: Illinois, Monist Library of Philosophy, 1983. p. 238-63].

_____. “‘Extreme Scholastic Realism’: Its Relevance to Philosophy of Science Today.” *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, v. XXVIII, n. 1 (1992), p. 19-50.

_____. *Evidence and Inquiry: Towards Reconstruction in Epistemology*. Oxford: Blackwell, 1993.

HAACK, S. “As for that phrase “studying in a literary spirit”...” [1996]. In: *Manifesto of a Passionate Moderate*. Unfashionable Essays. Chicago: The University of Chicago Press, 1998. p. 48-68 [Trad. bras.: Th. Calvet de Magalhães: “Quanto àquela frase ‘estudando com um espírito literário’...”] In: *Filosofia Analítica, Pragmatismo e Ciência*. Paulo Roberto Margutti Pinto *et al.* (orgs.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 40-70].

_____. “The Puzzle of ‘Scientific Method’.” In: *Revue Internationale de Philosophie*, n. 4 (1997), p. 495-506.

HAUSMAN, C. *Charles S. Peirce’s Evolutionary Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HEGEL, G. W. F. *Phänomenologie des Geistes* [1807]. Wolfgang Bonsiepen e Reinhard Heede (eds.). *Gesammelte Werke*, 9. Hamburg: Felix Meiner, 1980.

HINTIKKA, J. “*Cogito ergo sum*: Inference or Performance?” *Philosophical Review*, v. 71 (1962), p. 3-32.

HOOKWAY, C. *Peirce*. London: Routledge & Kegan Paul, 1985.

_____. *Truth, Rationality, and Pragmatism: Themes from Peirce*. Oxford: Clarendon Press, 2000.

HOUSER, N. “Introduction.” *The Essential Peirce* [EP], v. 2 (1893-1913). Nathan Houser e Christian Kloesel (eds.). Bloomington: Indiana University Press, 1998. p. xvii-xxxviii.

JAMES, W. *The Will to Believe and Other Essays in Popular Philosophy*. New York: 1897.

_____. “Philosophical Conceptions and Practical Results.” *The Annual Public Address Before the [Philosophical] Union [of the University of California]*. Berkeley: The University Press, 1898 (reimpresso em JAMES, W. *Collected Essays and Reviews*. Ralph B. Perry (ed.). New York: Longmans, Green & Co., 1920. p. 406-437).

KASSER, J. “Peirce’s Supposed Psychologism.” *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, v. XXXV, n. 3 (1999), p. 501-26.

KENT, B. *Charles S. Peirce: Logic and the Classification of the Sciences*. Montreal: McGill-Queen’s University Press, 1987.

LIBERA, A. De. *La Querelle des Universaux*. De Platon à la fin du Moyen Age. Paris: Seuil, 1996. p. 305-50.

MAESSCHALCK, M. “La fondation de l’autonomie chez Descartes.” In: *Le principe d’autonomie*: Introduction aux auteurs modernes. Louvain-la-Neuve: Institut Supérieur de Philosophie, 1992. p. 60-90.

MURPHEY, M. G. *The Development of Peirce's Philosophy*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1961.

NADIN, M. "The Logic of Vagueness and the Category of Synecism." *The Monist*, v. 63, n. 3 (1980), p. 351-63.

NUBIOLA, J. "Scholarship on the Relations between Ludwig Wittgenstein and Charles S. Peirce." In: *Studies on the History of Logic*. I. Angelelli; M. Cerezzo (eds.). Berlin: Walter de Gruyter, 1996. p. 281-94.

PEIRCE, C. S. *Collected Papers of Charles Sanders Peirce* [CP]. Charles Hartshorne; Paul Weiss; Arthur Burks (eds.). Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1931-1958.

_____. *Writings of Charles S. Peirce: A Chronological Edition* [W], v. 1 (1857-1866). Max A. Fisch (ed.). Bloomington: Indiana University Press, 1982.

_____. *Writings of Charles S. Peirce: A Chronological Edition*, v. 2 (1867-1871). Edward C. Moore (ed.). Bloomington: Indiana University Press, 1982.

_____. *Writings of Charles S. Peirce: A Chronological Edition*, v. 3 (1872-1878). Christian J. W. Kloesel (ed.). Bloomington: Indiana University Press, 1986.

_____. *Pragmatism as Principle and Method of Right Thinking: The 1903 Harvard Lectures on Pragmatism*. Patricia Ann Turrisi (ed.). Albany: State University of New York Press, 1997.

_____. *Pragmatisme et Pragmaticisme, Oeuvres philosophiques*, v. 1. Claudine Tiercelin ; Pierre Thibaud (trads. e eds.). Paris: Cerf, 2002.

POPPER, K. *Objective Knowledge: An evolutionary approach*. Oxford: Clarendon Press, 1972.

RANSELL, J. "Some Leading Ideas of Peirce's Semiotic." *Semiotica*, v. 19 (1977), p. 157-78.

ROBERTS, D. D. "On Peirce's Realism." *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, v. VI, n. 2 (1970), p. 67-83.

ROBIN, R. S. (ed.) *Annotated Catalogue of the Papers of Charles S. Peirce*. Amherst: University of Massachusetts Press, 1967.

_____. "The Peirce Papers: A Supplementary Catalogue." *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, 7 (1971), p. 35-7.

SCHILLER, F. C. S. "Axioms as Postulates." *Personal Idealism: Philosophical Essays by Eight Members of the University of Oxford*. Henry Sturt (ed.). London: Macmillan, 1902. p. 47-133.

TIERCELIN, C. "Un Pragmatisme Conséquent?" In: *Critique*, n. 567-8 (1994), p. 652-60.

TIERCELIN, C. “L’influence scotiste dans le projet peircien d’une métaphysique scientifique.” *In: Revue des Sciences Philosophiques et Théologiques*, v. 83, n. 1 (1999), p. 117-34.

_____. “Wittgenstein et Peirce.” *In: La philosophie autrichienne: spécificités et influences*. M. Ouelbani (ed.). Tunis : Université de Tunis, 2000. p. 46-74.

VERNIER, P. “Thomas Reid on the Foundation of Knowledge and his Answer to Skepticism.” *In: Thomas Reid: Critical Interpretations*. Stephen F. Barker; Thomas L. Beauchamp (eds.). Philadelphia: Temple University Philosophical Monographs, 1976.